

O POVO DE ISRAEL E A QUESTÃO POLÍTICA:

Uma leitura introdutória às questões sociais no Antigo Testamento

THE PEOPLE OF ISRAEL AND THE POLITICAL ISSUE:
An introductory reading to social issues in the Old Testament

Oziel da Rocha*

RESUMO

O artigo trata da trajetória do povo de Israel levando-se em consideração a questão religiosa como princípio de unidade política. Por meio deste trabalho, busca-se refletir sobre a ideia da terra prometida como lugar essencial à sobrevivência dos israelitas e sobre o movimento profético, porta-voz do Deus ético e justo, enquanto denunciador de injustiça social. Com base nas fontes bíblicas, esses dois elementos contribuíram para a consolidação de um povo religioso constituído historicamente por diversos grupos étnicos que compartilhavam a necessidade da conquista de terra. Esse povo, em determinado período, firmou-se a ponto de estabelecer uma monarquia, tornando-se evidente a relação predisponente entre religião e política no contexto bíblico.

PALAVRAS-CHAVE: Religião; Política; Terra; Profetismo; Justiça.

ABSTRACT

The article presents the trajectory of the people of Israel, taking into account the religious question as a principle of political unity. The paper reflects on the importance of the promised land as an essential place for the survival of the people, referring to basic historical data that helps to understand the narratives about the formation of a disadvantaged people, but who managed to establish themselves historically as a religious people, forming a monarchy in a certain period. The aim of the work is to highlight the relationship between religion and politics in the context of the biblical narratives of the conquest of the land, understanding the formation of a diverse people in the face of its historical formation. Finally, the paper raises the issue of social injustice denounced by the prophetic movement, the root of which is the conception of an ethical and just God.

KEYWORDS: Religion; Politics; Land; Prophetism; Justice.

INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma leitura introdutória sobre a questão política no Antigo Testamento, sem, portanto, a pretensão de esgotar temática tão complexa, que demandaria trabalho exegético e histórico-crítico mais extenso e aprofundado. A partir de um breve itinerário do povo judeu segundo os relatos bíblicos, busca-se compreender sua existência como povo de fé e também marcado por questões sociais e políticas pungentes.

* Mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduado em Filosofia pelo ISTA-BH e Licenciado em Sociologia pela UNIASSELVI. Especialista em Gestão Educacional pela Faculdade APOGEU (DF). Professor de Filosofia e Sociologia do Estado de Minas Gerais.
E-mail: filoziel@hotmail.com

A história do povo de Israel, conhecido também como povo hebreu, tem relação com a questão da terra, uma vez que esta passa a ter um sentido teológico. Esse povo nômade tem a necessidade de se ancorar em algum lugar. Os textos veterotestamentários trazem toda uma mística em torno da terra, legitimando essa busca incessante pela “terra prometida”.

O povo judeu tem sua origem na Terra de Israel, delimitada pelo Mar Mediterrâneo e pelo Deserto da Arábia, uma faixa litorânea de 120 quilômetros. O local é situado entre dois grandes rios, Nilo e Eufrates, embora não haja contato direto entre os dois sistemas fluviais e a Terra de Israel, pois em direção ao norte interpõe-se a região da Síria e ao sul da Península do Sinai, cujo deserto, no mundo antigo, quase permitia ligação entre a Terra de Israel e o Delta do Nilo através da faixa litorânea.

1 A IMPORTÂNCIA DA TERRA DE ISRAEL

Na tradição bíblica, a Terra de Israel representa o lugar da sobrevivência. Para os povos vizinhos, era local estratégico devido a posição geográfica, pois encontrava-se situada entre bacias fluviais do Eufrates/Tigre e Nilo e era ponto estratégico para as rotas comerciais entre a Mesopotâmia ou Ásia Menor e o Egito.

A Terra de Israel é, pois, parte das terras cultiváveis que, a norte e noroeste, circundam o Deserto da Arábia. Costuma-se designar esta área de crescente fértil. O Egito está separado deste conjunto geográfico pelos desertos da Península do Sinai. Ao norte as montanhas do Líbano e Anti-Líbano desempenham este papel (...). Com seus 240 km de Beerseba a Dã e com seus 120 km na direção leste-oeste, incluindo aí a Transjordânia israelita, a Terra de Israel ocupa um território pequeno. (SCHWANTES, 2008, p. 18)

Embora nos relatos bíblicos não tenha solo fértil, oferecia boas condições de sobrevivência:

Esta é a terra boa, terra que mana leite e mel (Êxodo 3, 8; Deuteronômio 26, 9). A rigor, isso não é exagero, quando se vê que, mesmo sendo circundada por estepes e desertos, pouco produtivos, a leste e sul, a Terra de Israel oferece boas condições para a sobrevivência nas serras, nos vales e nas planícies. (...) A expressão ‘leite e mel’ aparentemente nem mesmo quer identificar um ambiente paradisíaco e idílico, mas tão-somente uma situação normal. ‘Leite’ pressupõe a criação de animais (provavelmente de cabras). ‘Mel’ talvez nem designe o mel silvestre, mas um melado preparado de uvas, figos e outras frutas. Na Terra de Israel pode-se, pois, obter a alimentação básica. (SCHWANTES, 2008, p. 23)

Considerando essas características, os povos em torno desse importante corredor estratégico tinham grandes interesses pelo domínio da região, o que fez com que a história do povo judeu fosse marcada por episódios de dependência das potências que os tangenciavam geograficamente. O Egito, por volta dos anos de 2040 até 1786 a.C, constituiu o Império Médio, passou a exercer, em linguagem contemporânea, um “protetorado” sobre a Síria e a região de Israel. É nesse espaço de tempo (anos 1900 a.C.) que os filhos do patriarca Jacó migram para o Egito, onde serão mais tarde escravizados, contexto no qual surgirá a figura de Moisés “Salvador”.

Posteriormente, “no segundo quartel do segundo milênio (de 1786 até 1580 a.C.), o próprio Egito foi dominado por contingentes invasores (...), por lenta infiltração de populações seminômades no Delta do Nilo: os hicsos”

(SCHWANTES, 2008, p. 26). Mas ao expulsar os hicsos, os Egípcios se reconstituíram como poder hegemônico, passando a efetivar o domínio sobre a Síria e a Palestina. Por isso a formação de Israel se deu mediante forte influência do Egito, uma vez que, por volta dos anos 1.400 a.C., houve o início da conquista da terra de Canaã sob o controle de Josué¹, início do período dos juízes².

Outros vizinhos importantes de Israel eram os assírios, cujo ponto alto de expansão, em torno de 1.100 a.C. e sob o comando de Tiglate-Pileser I, chegou até o Mar Mediterrâneo, ao norte da Síria; por meio de conquistas baseadas no terror e na violência. O movimento expansionista assírio atingiu seu ápice no final do século VIII a. C, sendo o território de Israel transformado em província, e até mesmo o Egito se curvou ao domínio assírio no início do século VII a.C. Porém, já no final desse século, os assírios sofreram rápido declínio, sendo substituídos pelos babilônios, nova força hegemônica do período. Os exércitos babilônios passaram a se impor na Síria e na Terra de Israel. Parte da população, principalmente a elite de Israel, foi deportada entre 597 e 587 a. C. Em 587, Jerusalém, juntamente com o Templo de Javé, foram arrasados. Já em 539 a.C., Ciro, rei dos persas, tomou a capital.

O grande império persa manteve seu domínio sobre o oriente até 330 a.C. Diferente dos assírios, os persas não eliminavam a cultura local e respeitavam a vivência religiosa dos povos conquistados, prova concreta foi a restauração de Jerusalém em 515 a.C. Posteriormente, em 333 a.C., o império macedônio se impôs no oriente médio, onde as culturas passaram pelo processo de helenização, uma vez que a cultura grega era tomada como modelo pelos macedônios. Após a morte de Alexandre Magno, o império foi dividido entre alguns de seus generais, sendo a terra de Israel destinada a Ptolomeu.

Tempos depois, em 198 a. C., os selêucidas, herdeiros do general Seleuco, arrebatarem a Terra de Israel dos ptolomeus. Foi no conflito com os selêucidas, de maneira especial com Antíoco IV, que nasceu o movimento de resistência dos macabeus, ou asmoneus. Esse grupo alcançou uma breve restauração de um governo autônomo em Judá, nas décadas que antecederam o domínio romano na região. Em 64 a.C., portanto, os romanos integraram Israel ao seu sistema de províncias. Judá era parte da província da Síria. A cidade de Jerusalém e seu templo foram devastados em 70 d. C.

Essa contextualização realizada até aqui fornece elementos para a visão geral do território e os conflitos ali travados de longa data. A relação entre política e religião fica mais compreensível a partir do momento em que se inicia o processo de entrada do Povo de Israel na “Terra Prometida”, conforme estudaremos a seguir.

¹ Nos textos bíblicos, Josué, que também é título de um dos livros, foi quem entrou na Terra Prometida junto com o povo, após a longa caminhada pelo deserto, sendo o sucessor de Moisés. A nota introdutória do livro da Bíblia: tradução ecumênica (TEB), orienta que o livro não pode ser lido como um registro metódico das etapas da conquista da terra e instalação, mas existe um hiato, de séculos, entre os acontecimentos ao qual o livro se refere (fim do século XIII a. C.) e a data da redação final do livro. Canaã foi efetivamente conquistada no tempo do rei Davi (século X a. C.)

² Os personagens do Livro de Juízes compõem o conjunto daqueles que Deus escolheu para salvar seu povo, muito embora o termo aparecerá no livro apenas no capítulo 2, versículos de 16 a 18 (Jz 2, 16-18). Eram os chefes das tribos da terra de Canã no período pré-monárquico.

2 A FORMAÇÃO DO POVO DE ISRAEL E SUA RELAÇÃO COM A TERRA

Os textos bíblicos tematizam a história dos israelitas sob o prisma da fé, elemento chave para o entendimento das situações vividas por um conjunto de pessoas pobres e exploradas que sofreram sucessivas espoliações. Em tempo, o termo “Povo de Israel” é cunhado depois, levando em consideração que se trata da religião que congregou em povo único as várias gentes que se encontravam na região. O período da entrada e fixação do povo hebreu está remontado ao século XIV a.C., e tem como uma das fontes históricas as cartas de Armana, trocadas entre os reis cananeus, dependentes dos egípcios, e os faraós, nos reinados dos faraós Amenófis III (1413-1377 a.C.) e Amenófis IV (1377 – 1360 a.C.).

As cartas, plaquetas de argila com inscrições cuneiformes, eram escritas em acadiano oficial, exceto nas mensagens diplomáticas da Palestina, que continham muitos termos cananeus. Jerusalém era chamada de Urusalimu e havia referências aos Apiru — ou hebreus — um termo ali usado para descrever tribos sem terras próprias e, em consequência, um aborrecimento para o governo. A impressão geral produzida pelas cartas de Armana é que as Cidades-estados da Palestina estavam frequentemente em guerra entre si, de modo que a região estava num quase-caos. Verificamos, também, que, uma vez que importantes rotas comerciais se cruzavam na Palestina, iam para lá muito mais estrangeiros do que para qualquer outro país do antigo Oriente. Os poderosos vizinhos da Palestina estabeleceram colônias dirigidas por mercadores que representavam os interesses de seus países. Entre os mais poderosos estavam os egípcios. (BEEK, 1967, p. 36)

Os israelitas habitavam as montanhas devido às condições econômicas desfavoráveis das planícies, cuja população sofria acelerado processo de pauperização. A identidade de Israel se constituiu no final do século XIII a.C., diante das condições de empobrecimento sistemático da população camponesa nas vilas e vilarejos das cidades-Estado. A solução para os camponeses era lutar contra a cidade-estado, mas sempre sem sucesso por causa da disparidade de armas. Então restava vender-se como escravo ou fugir. A fuga para as montanhas era opção mais viável, pois lá se estava longe da aristocracia militar urbana: o carro de guerra era muito eficiente nas planícies e à época era bastante utilizado pela elite militar, mas tornava-se ineficiente nas montanhas. As retiradas se davam principalmente para as Serras da Galileia e de Efraim, com laivos também na Serra de Judá. Com a utilização do ferro, as montanhas foram passíveis de desmatamento e cultivo, o que garantiu a sobrevivência de vários povos nas montanhas.

O termo hapiru (apiru) identificava a população pobre da época: “no Primeiro Testamento, a palavra “hebreu” (‘ibri), usada, com destaque, nos textos sobre a opressão no Egito (Êxodo 1, 16; 3, 18, etc.) e no conflito com os filisteus (1Samuel 4, 6.9, etc.), efetivamente deve ser identificada com hapiru” (SCHWANTES, 2008, p. 51). O termo não se relaciona a uma etnia, mas às populações, pauperizadas, que viviam em condições semelhantes. Israel era hapiru sedentarizado nas montanhas da Terra de Canaã, mas com uma trajetória histórica específica. A origem das tribos e seus nomes se dava nas montanhas, sendo que os nomes das doze tribos identificavam alguma peculiaridade do grupo³. Aos poucos surgiram cidades muito

³ As localidades emprestaram aos novos moradores seus nomes e atributos. Os nomes das tribos poderiam estar ligados a algum ancestral renomado, como por exemplo, Manassés, Maquir, Zebulom, Rubem. Também por uma atividade antiga do grupo Issacar, tem paralelo com alguém que vendia sua força de trabalho. Aser designa um novo grupo em formação.

bem fortificadas nas montanhas e de difícil acesso para ataque e saques. As cidades-estados das planícies, durante o século XII a.C., perderam força pela deglaciação entre si. Os Egípcios perdem sua hegemonia sobre Canaã uma vez que os povos do mar, dentre eles os famosos filisteus, avançavam dentro da região, enfraquecendo ainda mais as cidades das planícies.

Como já mencionado, a formação de Israel dependeu de diversos grupos que se entrelaçaram para formar sua grandeza no século XII a.C. Coadunaram-se os abraâmicos, mosaicos, javistas, dentre outros. O grupo abraâmico, cuja origem está relacionada a Abraão, habitava as estepes, era seminômade e tinha o pastoreio de animais pequenos como principal atividade econômica, na faixa entre a zona da mata e o deserto.

O grupo mosaico está relacionado ao evento fundador do povo de Israel, isto é, sua libertação da escravidão do Egito pelo profeta Moisés. O próprio nome Moisés tem ligação com o Egito (raiz parecida com nomes famosos da época: Tutmoses). O evento histórico da libertação parece ter sido de um pequeno grupo, sem muito impacto histórico para os egípcios, mas grande para os hebreus, pois para eles revelava a experiência de um Deus libertador que estava junto deles. Segundo a escritura bíblica, a entrada na Palestina se deu após a libertação do Egito e de um período no deserto.

O grupo mosaico teria naquele contexto enfrentado de perto a opressão do faraó, os que tiveram mais próximos do inimigo, vencendo-o em seu território. Os grupos seminômades, representados na literatura bíblica por Abraão e Isaque, foram significativos, oriundos do deserto de Cades, onde entre os oásis naturais havia conflitos, principalmente com os filisteus. O que se percebe na formação do povo de Israel é a diversidade de povos, com culturas e costumes diferentes, povos oriundos das margens sociais daquele contexto, o que leva a inferir que a religião teve um papel político importante na união desses povos. Talvez a expressão “Povo de Israel”, largamente mencionada nos estudos bíblicos e teológicos, poderia também ser dita de outro modo, “Povos de Israel”.

Os elementos colhidos até aqui sobre a história e formação de Israel oferecem inferências que permitem relacionar o papel da religião e da política. A religião ofereceu o elemento que unificou os vários povos que formaram o povo judeu. Por exemplo,

no relato do Êxodo se apresentam, de forma concomitante, a organização da comunidade civil e da comunidade religiosa, em consonância com a concepção, em voga na antiguidade, da vinculação da ordem civil à ordem religiosa e da distribuição de autoridade civil e religiosa aos chefes dos grupos sociais. (STADELMANN, 1985, p. 348)

A crença em Javé, único Deus, foi primordial para que em determinado momento esses povos se unissem, sendo a religião a base cultural comum a todos e a legislação que deveria reger os povos. A luta pela conquista e a vitória simbolizavam não apenas a vitória sobre os dominadores, mas também a vitória sobre uma divindade pagã. Javé aparece no antigo testamento como “Senhor Deus dos Exércitos”, título que se origina num contexto de grandes tensões militares para manter a região de Israel.

Na pessoa do Rei, personalizou-se a grande promessa que dizia: ‘Sereis o meu povo, serei o vosso Deus’. Agora é: ‘Serei para ele um pai, e ele será para mim como um filho’ (2Sm 7, 14). O rei era, assim, a concretização visível da

amizade de Deus para com o povo e o instrumento de fazer valer a vontade de Deus. (MESTERS, 1999, p. 63)

Para rei, Deus escolheu Davi, quem também teve seus momentos de infidelidade. Nesse sentido, o modo como a monarquia se instalou causou o Exílio. Davi era rei, mas submisso a Javé, o Senhor da história. O próprio Deus dizia: “fui eu que te tirei das pastagens, onde pastoreava ovelhas, para ser chefe do meu povo Israel. Eu estive contigo por onde ias e destruí todos os teus inimigos diante de ti. Eu te darei um grande nome como o nome dos grandes da terra.” (2Sm 7, 8-9). Assim quem garantia o rei era Javé, sendo Ele próprio o construtor de uma casa para Israel. Com isso surgiu a temática do messianismo, quando Javé prometeu que haveria sempre um davidida no trono de Davi: “Iahweh te anuncia que ele te fará uma casa.” (2 Sm 7, 11). A promessa divina permaneceu apesar de tudo. No final da Obra Historiográfica Deuteronomista, a libertação do rei Joaquim (2Rs 25, 27-30) foi um sinal de esperança que lembrava a fidelidade de Javé.

3 3. A QUESTÃO DA MONARQUIA PARA O POVO DE ISRAEL

Como já esboçado, anteriormente à monarquia houve o período dos juízes, os líderes religiosos e políticos até aquele momento. Samuel foi a figura que encerrou esse regime e abriu um novo fenômeno concomitante à monarquia, o profetismo. O profetismo foi, muitas vezes, um entrave na consciência dos reis de Israel. A luta dos profetas era fortemente marcada contra as injustiças. Mesmo na crítica tecida à idolatria de outros deuses havia um cunho social. A crítica ao baalismo e aos seus seguidores ligava-se à dimensão de que a divindade Baal era um deus filho insubordinado que se tornou o deus das águas; tratava-se de uma simples relação com uma força da natureza, responsável pela fertilidade. Diferentemente o javismo, religião de Israel, propunha a relação interpessoal com o transcendente, capaz de produzir uma ética.

O reino de Israel na figura de Davi teve grande destaque entre os povos antigos. Diferente das dinastias, a religião tem outro papel importante: é Deus que escolhe e consagra o rei. No episódio da unção de Davi como rei pelo profeta Samuel, consta a escolha do filho mais novo da família. Na ocasião o pai apresenta todos os filhos fortes, mas restava um que estava no campo, Davi. A narrativa bíblica é protagonizada por um Deus que escolhe os mais fracos e os torna aptos a ser condutores de seu povo. A origem subalterna dos povos de Israel confirma que não poderia ser diferente. Logo pode-se afirmar que a formação de Israel é uma conquista das massas subalternas daquele contexto, massas essas organizadas por seus líderes e ideologicamente alimentadas pela teologia de um Deus guerreiro, que exige fidelidade a si e aos ideais da coletividade.

Muitos textos bíblicos foram escritos e organizados por volta do ano 1000 a.C, período em que se faz uma releitura da história de Israel à luz da fé. Os textos que falam das origens, como o livro de Gênesis, são compostos por narrativas míticas que levam em consideração o tempo presente da escrita. Sem pretensão de fazer exegese bíblica, o que levaria a muitas digressões neste trabalho, o relato do pecado de Adão e Eva, pais da humanidade, é carregado de sentido social. A serpente que induz ao pecado simboliza o poder opressor. O trabalho arqueológico contribuiu para uma leitura política desse animal na narrativa bíblica, pois sua figura foi descoberta, em objetos como anéis e adornos, enquanto símbolo de poder. Principalmente nas coroas dos faraós, antigos opressores de Israel, as serpentes

esculpidas representavam seu poder. Portanto já em suas origens Israel possui elementos passíveis de crítica social em relação ao papel da mulher, do trabalho e da ética. No fundo é também uma crítica aos reis israelitas que exploravam à semelhança dos antigos dominadores.

Fazer opção por um sistema injusto que explora o ser humano é desagradar ao Criador que coloca os bens à disposição da vida. O jardim do Éden representa o lugar da abundância, da partilha e, não, da mesquinha social. O parto da mulher se torna sofrido devido ao sistema que exaure o trabalhador até as últimas forças, danificando sua saúde, levando-o à morte precocemente, daí a necessidade de aumentar a população para garantir a força de trabalho. Em uma leitura apressada, pode-se pensar que o trabalho é o castigo, mas ele é verdadeiro castigo quando se dá de forma exploratória, pois degrada a condição humana ao invés de dignificá-la.

O Reino unificado de Israel dura até 931 a.C. O último rei fora Salomão, símbolo da paz, conhecido por ser um monarca que preferiu a sabedoria às armas, embora seja criticado pelas alianças com diversos povos vizinhos e as várias esposas. O problema central não era a promiscuidade, mas a chegada de outros deuses na corte, pois cada esposa trazia sua crença. Essa teria sido a ruína de Salomão. Após o período salomônico (970 a 931 a. C), o Reino é dividido em Reino do Norte, capital em Samaria, e Reino do Sul, capital em Jerusalém. O movimento profético⁴ também fez pesadas críticas ao modo de governo dos reis de Israel que não garantiram o direito e a justiça.

O profeta Amós⁵ (Séc. VIII a.C.), um camponês de Técuá, Reino do Sul, exerceu sua atividade no reinado de Jeroboão II, no Reino do Norte. O contexto político internacional era favorável pois a hegemonia assíria na região estava em decadência. Os vassallos, dentre eles o Reino do Norte, já não mais pagavam taxas, gerando certo acúmulo de riquezas para o Reino. Aproveitando do local estratégico da capital Samaria, próxima à montanha de Megido, o rei iniciou a cobrança de pedágio. Porém a riqueza não era partilhada, gerando desigualdade social. O profeta Amós saiu em defesa dos empobrecidos, criticando a exploração e a corrupção produzidas pelos juizes, subornados a favor dos mais ricos. E,

Como o rei insistia numa política equivocada, cujo efeito era o empobrecimento das camadas baixas da população e o enriquecimento das camadas altas, logo, era responsável pelo desrespeito aos direitos dos mais pobres, o profeta não hesitou em denunciá-lo (...). O profeta, pouco se importa com o que possam pensar dele e se insurge contra a tradição religiosa ao

⁴ O termo profeta, banalizado como alguém que tem um dom especial para prever o futuro, não tem relação com o movimento profético bíblico. Para os profetas bíblicos como Elias, Elizeu, Isaías, Amós, Miquéias, Jeremias, Naum, Sofonias, dentre outros, a atividade profética não significa a visão mágica do futuro, mas a leitura atenta da realidade histórica, de determinadas escolhas, principalmente as de infidelidade a Javé. Os profetas saem em defesa dos injustiçados e marginalizados, denunciando as formas de exploração do povo. Eles tentavam mostrar qual eram práticas que agradavam o transcendente. O culto a Javé, na visão deles, não pode se desarraigar da justiça e do direito.

⁵ Para fins de compreensão sobre o profetismo social, tomamos aqui como exemplo Amós no Reino do Norte, e no Reino do Sul passaremos brevemente por Isaías, evitando digressões e perda do foco da pesquisa, uma vez que a literatura profética e as questões levantadas formam um vasto campo que nos impeliria adentrar em muitas questões teológicas.

questionar os fundamentos da prosperidade e do bem-estar e percebe serem fruto da injustiça e da opressão contra os mais pobres. (VITÓRIO, 2011, p. 82)

A empreitada do profeta contra a injustiça e seus agentes se baseia no conceito ético de Deus, pois “a sociedade querida por Deus está inviabilizada quando os juízes corrompidos olvidam o direito, cujo autor, na concepção da época, era o próprio Deus” (VITÓRIO, 2011, p. 83). Posto isso, entende-se que a interface entre religião e política no discurso literário profético, tomando Amós como exemplo, ocorre na visão de uma divindade que está ao lado do oprimido.

Toda essa crítica dos profetas, aparentemente tão negativa, eles a faziam a partir da visão de Deus que possuíam e que contrastava profundamente com os comportamentos e as estruturas de vida tais como eram vividas pelo povo. Eles não permitiam a alienação do homem da realidade da vida e a fuga para o mundo da religião, entendida como rito, cerimônia e culto. Seria esvaziar o rito, a cerimônia e o culto. Se tivessem vivido hoje, seriam eles os primeiros a dizer que tal tipo de religião é realmente ‘ópio para o povo’. (MESTERS, 1999, p. 66)

A crítica profética, evidentemente, não era somente ao rei, mas à religião, levando em consideração que essas instituições não eram estanques, mas se complementavam. O acúmulo de riquezas era justificado pelos mais próspero como sinal de benção divina, claudicando a divisão mais justa dos bens. Se no passado de Israel Deus é o ponto de encontro de várias pessoas, no reinado, começa-se a exploração do próprio povo.

No Reino do Sul, capital em Jerusalém, no mesmo século de Amós, mas num contexto em que a Assíria começa a se reerguer, encontrava-se o profeta Isaías, realizando suas atividades no período do rei Acaz (735-715 a.C.). Membro da aristocracia de Jerusalém, buscava compreender a história na perspectiva do projeto de Javé. Com um olhar teológico, tentava exercer sua influência junto ao monarca, exigindo dele confiança no transcendente e, não, no poder do exército.

A Assíria ensejava retomar sua hegemonia na Palestina. A Síria, vizinha e inimiga de Israel, padecia sob o jugo dos Assírios. Samaria e Damasco uniam seus escassos recursos para afastar a Assíria. Estrategicamente era necessário proteger o flanco sul, por onde as tropas assírias poderiam atacá-los. Para essa empreitada era fundamental a adesão de Acaz à coalisão. Porém Acaz recorreu à proteção do rei assírio, que combateu duramente os reinos e tornou Judá mais um de seus vassalos. Quando Isaías teceu sua crítica ao poder das armas ao invés do poder da fé no Deus de Israel, criticou evidentemente a postura do rei que optou pelo mais forte em termos bélicos, tornando-se mais um humilhado vassalo da Assíria.

O fracasso do reinado de Israel, tanto no sul quanto no norte, levou ao exílio na Babilônia. Esse fato produziu uma vasta literatura em torno do retorno à terra: “O exílio do povo de Israel na Babilônia, e a diáspora em geral, tornou-se um ponto de partida privilegiado para a releitura das tradições antigas do povo de Deus desde um contexto de crise e ameaça constante de desintegração e assimilação pela cultura dominante” (ALMADA, 2000, p. 116). Os textos exílicos fazem uma releitura narrativa da história de Israel desde a entrada na Terra Prometida até o Exílio. O livro de Josué da época do Exílio tem como centro a conquista da terra. Em torno desse tema se desenvolverá uma teologia profunda.

A promessa da terra feita aos antepassados se cumpre, sendo a terra lugar da fidelidade de Deus para com seu povo e do povo para com seu Deus. Leva o povo

de Israel a ter consciência da perda da terra, um presente de Deus. A posse da terra, por sua vez, representa o repouso, a fraternidade. Estar fora do lugar doado por Javé representa um atraso. Também é importante ressaltar o fato de o povo se acomodar com as belezas da Babilônia. Ou seja, o autor do texto trabalha o incentivo de retorno à terra. Porém a terra deixada para trás está nas mãos dos próprios judeus que permaneceram ali. Logo pode surgir o risco da disputa ser, naquele momento, de judeu contra judeu. Mas a terra sendo de Deus não justifica a briga e, sim, a partilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A relação entre política e religião se faz em torno de uma mítica da terra. O evento da libertação do Egito é lido pela teologia como algo que teve a interferência divina, sendo carregada de elementos simbólicos que demonstram a crença num Deus libertador. A libertação se faz rumo à Terra Prometida, tema que perpassa grandemente a teologia do Antigo Testamento. Como exposto, sabe-se que a Região de Israel fora habitada por diversos povos que se tornaram um único povo guiado por um único Deus. A necessidade de garantir maior união política vem com a instauração da monarquia, duramente criticada pelos representantes da população mais empobrecida que veem na figura dos reis as mesmas condições de exploração de outrora. A crítica aos reis se fez necessária devido ao uso da religião e do poder como instrumentos de dominação. Nesse contexto, o movimento profético surgiu como tentativa de conscientizar a população a ser justa com todos, afastando-se dos outros deuses. Porém, o denunciamento profético esperava uma mudança dos condutores da população sem instigar uma revolução que partisse dos extratos baixos da população.

Depreende-se, assim, que o fenômeno religioso, apresentado através dessa introdução à questão religiosa e política no cenário do judaísmo antigo, auxilia na compreensão de que a religião estava preocupada com questões sociais essenciais ligadas à sobrevivência do povo. Os religiosos dos tempos hodiernos, assim como os do passado, têm o desafio de enfrentar todas as forças que deturpam a crença ou que faz uso dela para projetos sectários. Na contemporaneidade, o projeto neoliberal conseguiu cooptar a religião em prol dos interesses de mercado, sendo que a teologia da prosperidade criou a imagem de um Deus capitalista que distribui bens, presenteando materialmente os convertidos, ao passo que pune os pecadores com a penúria. Assim emerge a relação intimista e individualista com o divino sem a preocupação com as questões sociais.

Essa dose de anestesia na consciência coletiva tem legitimado a exploração dos subalternos, além de favorecer a manipulação da fé por parte de grupos políticos de ultradireita, neofascistas, cuja mensagem essencial da religião comprometida com a dignidade humana contraria radicalmente a política nefasta desses grupos. A teologia bíblica numa perspectiva histórico-crítica, diante de tais retrocessos violentos, torna-se extremamente atual por auxiliar na compreensão de que as contradições sociais se resolvem a partir da análise, da tomada de posição a partir da organização política e da conquista coletiva da hegemonia. Portanto cabe ao secularismo radical o não julgamento da religião apenas pelo seu lado supersticioso, mas pelo potencial e pela força que pode ter junto aos subalternos, sendo necessário o resgate de uma religião como força libertadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMADA, Samuel. **A profecia de Ezequiel**: sinais de esperança para exilados: oráculos, visões e estrutura. In: **Revista de Interpretação Bíblica Latino-Americana**, São Paulo, n. 35-36, p. 116-135, 2000.

BEEK, M.A. **História de Israel**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. Trad. José Carlos Barcellos. 5 ed. São Paulo: Paulus, 2004.

BÍBLIA. Português. **Bíblia tradução ecumênica**: contendo o antigo e novo testamento. Tradução de L.J. Baraúna et al. São Paulo: Loyola, 1994.

MESTERS, Carlos. **Deus, Onde Estás?** uma introdução prática à Bíblia. 11 ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

SCHWANTES, Milton. **História de Israel**. 3 ed. São Leopoldo: Oikos, 2008. (Vol. 1: Local e origens).

STADELMANN, Luís I.J. **A missão do povo de Deus no Êxodo**. *Perspectiva Teológica*, n. 43, 1985, 343-368.

VITÓRIO, Jaldemir. **Justiça social e direitos humanos**: uma luta antiga: em memória do profeta Amós. In: BAPTISTA, Paulo Agostinho N.; SANCHEZ, Wagner Lopes (orgs). **Teologia e Sociedade**: relações, dimensões e valores éticos. São Paulo: Paulinas, 2011.